

Origens do banditismo armado

Muitas perguntas são feitas ainda hoje sobre a origem e evolução do fenómeno que é o banditismo armado em Moçambique. Embora algumas dessas questões tenham vindo a encontrar resposta, ao longo do tempo, de forma algo dispersa, o documento

que a seguir publicamos, apesar de não se fundamentar em factos propriamente novos, representa um contributo para o aprofundar do conhecimento sobre a génese do banditismo armado em Moçambique.

I. O FIM DA HEGEMONIA RACISTA E O TERRORISMO NA ÁFRICA AUSTRAL

I.1. A "ÁFRICA BRANCA" DESMORONA-SE

Nos primeiros anos da década de sessenta, a parte sul do continente africano começou a desenhar-se como uma importante zona de conflito e a surgir com frequência nos meios de comunicação de massa internacionais.

Viviam-se os anos centrais da descolonização britânica e francesa e desde logo se começou a delinear a intransigência e o extremismo dos colonialismos rodesiano e português e do sistema do "apartheid". Daí, a confrontação violenta e trágica no então Congo Belga - fronteira norte do conjunto da África Austral - o assassinato de Patrice Lumumba, a tentativa de secessão do Katanga. Daí, a bárbara repressão do fascismo português em Mueda e no Norte de Angola, o massacre de Sharpeville, a proscrição das organizações nacionalistas na África do Sul e Rodésia.

Toma forma a concepção estratégica do que na altura se designou por "África Branca" e que prognosticava a constituição de um bloco de territórios controlados e dominados por governos de minoria branca, fundados em regimes racistas e repressivos. Como "metrópole" deste bloco surgia naturalmente a República da África do Sul, forte da sua economia, poderio militar e numerosa comunidade branca. A coluna vertebral do projecto seria a Federação das Rodésias e Niassalândia protegida nos seus flancos pelas colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

Com maior ou menor estabilidade, este projecto conservou-se até à vitória das lutas de libertação contra o colonialismo português. A independência de Moçambique e a iminência da independência de Angola criam uma nova situação na África Austral: modifica-se a correlação de forças e começa a



desmoronar-se o sonho racista de perpetuar a dominação branca em toda a região. Pela primeira vez Pretória e Salisbúria têm de se confrontar com o problema de dever partilhar fronteiras com povos que se haviam libertado de armas na mão, através de um longo processo político-militar, que se tornara ponto de referência para os povos oprimidos de toda a zona.

Para a Rodésia, a independência de Moçambique, em particular, representava o perigo de uma base de apoio para os combatentes da liberdade zimbabwuanos. Beira e Maputo, os portos tradicionais da economia rodesiana, passavam a constituir uma arma importante nas mãos dos moçambicanos, em especial face à ameaça internacional de sanções económicas. A politização do processo revolucionário dirigido pela FRELIMO representava um perigo ideológico para o regime dos colonos rebeldes de Ian Smith.

Foi por este temor, pelo ódio racista que votava a Moçambique independente, por um desesperado instinto de sobrevivência da própria ideologia e dos privilégios coloniais, que o Governo rodesiano não hesitou em prosseguir na sua política belicista, arrogante e criminosa contra o jovem país.

Na República da África do Sul a situação é diferente. A independência das possessões coloniais portuguesas desencadeia, pela primeira vez, uma ampla e profunda confrontação no seio do poder "afrikaner" quanto ao relacionamento da situação interna do "apartheid" com a situação regional. Uma linha, dirigida pelo próprio Primeiro Ministro

Balthazar Johannes Vorster apoiado pelo General van den Bergh e pelos seus serviços de segurança (NIS/BOSS), contando com a simpatia de sectores da diplomacia sul-africana, prognosticava uma atitude coexistencial nas relações regionais. A confrontação com os países da região era deslocado para os planos mais sofisticados da dominação económica e da subversão político-ideológica.

A outra linha era defendida pelos militares aliados ao capital monopolista "afrikaner" e com o apoio de sectores do capital multinacional. À cabeça estavam o próprio Ministro da Defesa P.W. Botha e o Chefe das Forças Armadas General Magnus Malan. Esta linha era favorável a uma agressão militar contra Angola e Moçambique. O objectivo era derrubar os governos populares, colocar no poder governos de colonos e colaboracionistas para criar estados-tampão e recompor, deste modo, os flancos estratégicos do seu plano de preservar a dominação racista.

Um terceiro país da região, embora independente, encontrava-se intimamente ligado ao projecto global dos regimes racistas: O Malawi. Já durante a luta de libertação nacional de Moçambique, o Governo deste país africano havia demonstrado a sua simpatia pela administração colonial portuguesa e a sua hostilidade a um movimento unitário pela independência de Moçambique.

Eram conhecidas e públicas as relações que os dirigentes malawianos tinham com o capitalista Jorge Jardim (1), proeminente figura das manobras neocolonialistas portuguesas. Eram conhecidas as



«A par desta acção, e procurando melhorar a recolha de informação, o CIO, serviço secreto do regime rodesiano, chefiado por Ken Flower (ex-funcionário britânico, que no Quénia adquiriu experiências sobre a guerra anti-Mau-mau e que se fixou na Rodésia após a «Uhuru»), elaborou um plano para a criação de um pseudo-movimento nacionalista constituído por moçambicanos negros»

ambições territoriais de círculos políticos malawianos ao mais alto nível, reivindicando falsos direitos às Províncias da Zambézia e Nampula.

É com este objectivo que já durante a luta armada de libertação nacional é apoiada, no Malawi, a formação de um pseudo movimento que se propunha "libertar a Rumbézia", procurando-se com esta

expressão definir a faixa do território moçambicano entre o rio Rovuma (Ruvuma, em inglês) e a Zambézia.

A origem e o desenvolvimento do banditismo armado em Moçambique insere-se assim no prolongamento da ocupação colonial, no mesmo processo histórico que viu o colonialismo, o racismo e o imperialismo oporem-se com especial agressividade à legítima aspiração dos povos da África Austral de poderem dispor livremente do seu destino.

1.2. O REGIME ILEGAL DA RODÉSIA

O regime de Ian Smith começa a intervir directamente na guerra em Moçambique em 1972, assumindo perante o exército colonial português a responsabilidade operacional de algumas áreas da Província de Tete, nomeadamente de áreas ao longo da fronteira com a Rodésia (hoje Zimbabwe).

Os rodesianos olhavam com grande preocupação o desenvolvimento da luta armada de libertação nacional em Tete porque compreenderam que as zonas libertadas pela FRELIMO constituíam uma rectaguarda estratégica para o progresso da guerrilha nacionalista zimbabweana. Por isso, o exército regular rodesiano negociou com os militares portugueses áreas operacionais a sul do rio Zambeze e na parte oriental da Província. A par desta acção, e procurando melhorar a recolha de informação, o



«Os rodesianos olhavam com grande preocupação o desenvolvimento da Luta Armada de Libertação Nacional em Tete, porque compreenderam que as zonas libertadas pela FRELIMO constituíam uma retaguarda estratégica para o progresso da guerrilha nacionalista zimbabweana»

CIO, serviço secreto do regime rodesiano, chefiado por Ken Flower (ex-funcionário britânico, que no Quénia adquiriu experiências sobre a guerra anti-Mau-Mau e que se fixou na Rodésia após a "Uhuru"), elaborou um plano para a criação de um pseudo-movimento nacionalista constituído por moçambicanos negros. O plano baseava-se na experiência britânica de contra-insurgência testada na Malásia, Aden, Chipre, Quénia, etc. Os

rodesianos deslocaram-se por diversas ocasiões a Portugal e Moçambique tentando persuadir as autoridades portuguesas a desbloquear e apoiar o plano, apresentando-o como um prolongamento da experiência que se vinha já realizando em Angola com os "Flechas". Sistemáticamente o Governo de Lisboa recusou esta proposta. Ironicamente, acabaria por ceder apenas em vésperas do golpe de Estado Militar de Abril de 1974 em Portugal.

Com a derrota do colonial-fascismo português, moçambicanos colaboracionistas do colonialismo, juntamente com desertores da FRELIMO e outros traidores abandonaram o país com os seus chefes portugueses. O grupo dos "Flechas" que entretanto havia começado a ser preparado em Gondola, alguns Comandos, PIDEs, membros da Organização Provincial de Voluntários(OPV), dos Grupos Especiais(GE), dos Grupos Especiais de Paraquedistas(GEP), um punhado de desertores da FRELIMO, colonos extremistas de Manica e da Beira refugiaram-se na Rodésia. O CIO, que tinha já dado início ao plano para a constituição do pseudo movimento nacionalista, recrutou neste grupo o núcleo do que viria a ser o banditismo armado.

Branços e indianos foram desde muito cedo afastados das tarefas operacionais e cometidos a missões de informação, propaganda e guerra psicológica.

Negros e mestiços seleccionados, integraram as forças militarizadas e começaram os treinos em 1976 no campo de Odzi, uma "farm" de tabaco alugada, próximo de Umtali (actual Mutare), sob a direcção de três oficiais rodesianos chefiados pelo responsável do departamento de operações do CIO, Eric "Ricky" May. Mais tarde foram abertos novos campos em Bindura e Salisbúria, no quartel de Inkomo.

Os objectivos definidos para esta unidade operativa do CIO eram, inicialmente, os de actuar dentro de Moçambique para recolher informações sobre a actividade dos guerrilheiros zimbabweanos e das FPLM e, esporadicamente, de realizar acções terroristas e de sabotagem com vista a dissuadir o Governo moçambicano de prestar apoio à causa da libertação do Zimbabwe ou de aplicar sanções económicas.

Para dar cobertura a esta unidade operacional e camuflá-la de "organização política" foi criado um programa radiofónico, "Voz da África Livre" (2), que começou a ser emitido a partir de Gwelo (actual Gwero).

Este trabalho estava a cargo da "componente portuguesa" - que incluía alguns indianos - e era coordenado por Orlando Cristina (3). Assim o Cristina iniciou a sua actividade como "político", tecendo um grande número de contactos, o que viria a induzir mais tarde os militares sul-africanos a escolherem-no para o cargo de "Secretário-Geral" dos bandidos armados.

Paralelamente à iniciativa do CIO, o exército rodesiano através das suas forças especiais, os

"Selous Scouts", recrutava igualmente moçambicanos e portugueses fugidos de Moçambique, em particular ex-militares e polícias, que eram integrados nas suas unidades regulares para operações de guerra. Usados pelo seu conhecimento do terreno e das línguas faladas no país, estes elementos faziam parte de unidades em que a maioria dos efectivos era constituído por rodesianos ou mercenários brancos.

Estas unidades dos "Selous Scouts" tinham como função realizar acções militares precisas contra alvos políticos e económicos estratégicos dentro de Moçambique.

Na implementação do projecto de Ken Flower/CIO sobre a criação dos bandidos armados é efectuada uma operação contra o campo de reeducação de Sacuze, perto da Gorongosa, em 1977 (4). Daqui levaram várias dezenas de delinquentes, que engrossaram o contingente dos bandidos armados. No mesmo ano os rodesianos instalaram um acampamento dos bandidos armados na Gorongosa e contactaram Evo Fernandes, um advogado que trabalhara para o Jorge Jardim na Beira, abrindo com ele uma delegação em Lisboa, para propaganda no exterior. Portugal torna-se um ponto importante da cobertura propagandística da operação. As cumplicidades tácitas do poder político português permitiram grande liberdade de movimento aos agentes dos rodesianos. Assim, era possível tentarem criar uma imagem politizada do terrorismo rodesiano e fazer um esforço para, com a cumplicidade de jornalistas portugueses saudosistas, "parar" a informação sobre as atrocidades que cometiam em Moçambique.

Em Lisboa movimentavam-se influências e angariavam-se fundos, essenciais para tentar desviar a atenção da subordinação do banditismo à estratégia racista na região. Com a intensificação das operações militares directas contra Moçambique, o comandante das forças armadas rodesianas General Peter Walls acorda com Ken Flower em 1978, coordenar a acção de destabilização dos bandidos armados em conjunto com as unidades de "Selous Scouts".

Esta coordenação permanecerá até à independência do Zimbábue.

I.3. AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DO REGIME DE PRETÓRIA

O desenvolvimento da política de destabilização regional do Governo Sul Africano é condicionado pelo já mencionado conflito entre as duas facções do regime lideradas respectivamente por B.J. Vorster e P.W. Botha. Este conflito, entre a política de "détente" regional do Primeiro Ministro e a posição belicista dos militares, manifestou-se publicamente em diferentes ocasiões (5).

O insucesso da invasão de Angola em Agosto de 1975 viria a determinar as opções das SADF (Forças Armadas Sul Africanas) em relação à destabilização

de Moçambique.

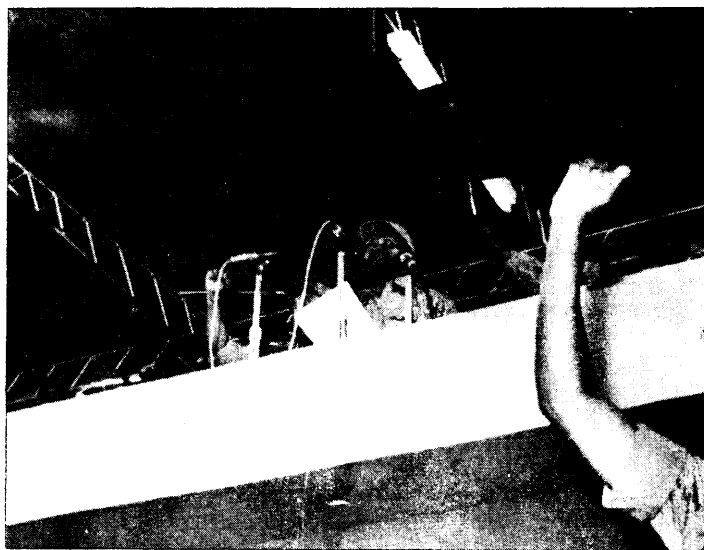
Não podendo actuar através da agressão militar directa, as SADF começam logo em 1975 a preparar grupos especiais de comandos para operações de sabotagem económica e terrorismo urbano dentro de Moçambique. Estes grupos integravam ex-militares portugueses e colaboracionistas moçambicanos que tinham fundamentalmente funções de intérpretes e guias. As acções destes comandos deviam ser anunciadas como sendo da autoria de uma pseudo organização com a designação genérica de "resistência".

Os serviços secretos militares sul-africanos criam na RSA uma campanha de propaganda com o objectivo de promover nos meios de comunicação sul africanos e internacionais esta designação e fomentar a diversão ideológica contra o jovem Estado moçambicano.

Jornalistas portugueses fugidos de Moçambique e comprometidos com a PIDE e os SIM (Serviço de Informação Militar) foram contratados para participar neste trabalho (6). Os mesmos serviços de inteligência do regime do "apartheid" começaram a apoiar a formação de uma série de empresas comerciais e de prestação de serviços.

Estas empresas tinham como proprietários nominais empresários portugueses fugidos, de Moçambique e de Angola, em sociedade com militares sul-africanos na reserva.

A actividade de tais unidades económicas



«A independência de Moçambique e a iminência da independência de Angola criam uma nova situação na África Austral: movem-se a correiação de forças e começa a desmoronar-se o sonho racista de perpetuar a dominação branca em toda a região»

estendia-se em particular a sectores como "import-export", transporte aéreo e terrestre, viagens, turismo e safaris, "catering" (comercialização de produtos alimentares) etc. Esta rede de empresas que se viria a consolidar por volta dos anos oitenta permitiria o financiamento e a

cobertura de parte da operação de destabilização. Com elas tornou-se possível estabelecer circuitos de contrabando de bens e riquezas naturais pilhadas em Moçambique e Angola. Na organização e dinamização destas iniciativas revelou-se particularmente activo um gestor empresarial proveniente de Moçambique, Alvaro Récio, já em destaque durante o domínio colonial pelas suas ligações pessoais e profissionais com Jorge Jardim (7).

Em preparação da guerra não declarada contra Moçambique, a África do Sul começa a ampliar e modernizar várias bases militares ao longo da fronteira comum: destacam-se as obras feitas nas bases de Phalaborwa e Hoedspruit. Esta modernização e ampliação das bases militares intensificar-se-á depois da tomada de poder pelos militares em 1978 na sequência do chamado escândalo "Muldergate" (8).

No fim da década de 1970, muitos moçambicanos, predominantemente seleccionados entre os imigrantes ilegais, foram treinados em Phalaborwa em especialidades como reconhecimento, sabotagem, comunicações, paraquedismo, etc. Estes moçambicanos serão depois integrados em unidades especiais sul-africanas que actuam não só em Moçambique como também no sul de Angola e na Namíbia. Uma tristemente célebre unidade militar sul africana, conhecida por Batalhão Búfalo" (ou "Batalhão 32") que fora originalmente constituída



«Não podendo actuar através da agressão militar directa, as SADF começam logo em 1975 a preparar grupos especiais de comandos para operações de sabotagem económica e terrorismo urbano dentro de Moçambique. Estes grupos integravam ex-militares portugueses e colaboracionistas moçambicanos que tinham fundamentalmente funções de intérpretes e guias»

com base em ex-soldados do exército colonial português, passou mais tarde a integrar bandidos armados naturais de Angola e Moçambique.

I.4. O MALAWI E JORGE JARDIM

O Malawi é o terceiro País vizinho de Moçambique para onde fogem colonos e colaboracionistas no período do Governo de Transição. Desde logo, os

inimigos da independência de Moçambique transformam aquele país num importante centro de contacto político e subversão.

As forças policiais malawianas, treinadas por sul africanos e israelitas, mantinham a hostilidade à FRELIMO que caracterizara o seu comportamento durante a luta armada de libertação nacional em Moçambique.

Foi neste contexto que se procedeu à reabilitação do UNAR (União Nacional Africana da Rumbézia) - a obscura organização de um tal Amós Sumane que defendia a criação do mencionado "Estado da Rumbézia" - e em seu nome se começam a realizar actividades subversivas, através da fronteira do Malawi, na Província da Zambézia. Jorge Jardim e os seus familiares têm no Malawi uma das suas residências onde passavam longos períodos de tempo conspirando contra a R.P.M. No Malawi, em torno de Jorge Jardim criou-se, com vista à obtenção de apoios e financiamentos para a subversão de Moçambique, uma representação da "Organização África Livre" (9). Esta designação vai inspirar Orlando Cristina na atribuição de um nome à já referida emissão de rádio montada pelos rodesianos em Gwelo.

II. DESTABILIZAÇÃO: A POLÍTICA REGIONAL DO "APARTHEID"

II.1. 1980, NOVA FASE DA DESTABILIZAÇÃO

Duas semanas antes da independência do Zimbabwe realizou-se em Salisbúria uma reunião na qual participaram Ken Flower e oficiais do CIO envolvidos na operação Moçambique, alguns dos responsáveis portugueses e moçambicanos pelas actividades dos bandidos armados e funcionários da inteligência militar sul-africana. Ken Flower apresentou três alternativas:

- encerrar as operações;
- enviar os grupos de bandidos armados para dentro de Moçambique e entregá-los à sua sorte;
- obter do Exército sul-africano a tutela da sua actividade.

Os militares sul-africanos ofereceram-se imediatamente para tomar conta da operação e, poucos dias depois, organizava-se a transferência dos bandidos armados para a África do Sul onde foram instalados próximos de Phalaborwa, em Zoabostad no bantustão de Bophuthatswana e na farm de Cullinan perto da cidade de Pretória (10).

As autoridades sul africanas alargaram a incorporação compulsiva de moçambicanos escolhidos entre os imigrantes clandestinos que trabalham nas propriedades rurais ao longo da fronteira com Moçambique. Estes foram levados para os campos militares e treinados. Indivíduos considerados mais aptos ou que já tinham experiência militar da Rodésia foram conduzidos para o centro dos "comandos" nº1 em Durban (11).

A cadeia de comando da operação de destabilização contra Moçambique era então dirigida pelo Tenente General P.W. van der Westhuizen, responsável da Direcção da Inteligência Militar, ao qual se subordinava, com tarefas praticamente de Chefe de Operações, o Brigadeiro van Tonder. O Coronel van Niekerk, com o nome de código de Charles, era o oficial de ligação com as unidades operacionais (12).

Quando o regime de Pretória tomou a seu cargo a direcção e apoio dos bandidos armados já possuía organizada a rede de empresas e de contactos políticos com a componente portuguesa. Enquanto no próprio território criava as condições militares para o total apoio às acções terroristas e de sabotagem em território moçambicano, o Governo sul-africano, com base na delegação aberta pelos rodesianos em Lisboa e usando a própria máquina de propaganda do "apartheid" a nível internacional, lançou uma campanha tentando impôr uma leitura estratégica de toda esta operação.

O General Magnus Malan já como Ministro da Defesa falou em fins de 1981 na abertura de uma "segunda frente" ao referir-se à fronteira entre o Transvaal e Moçambique. O regime de Pretória divulgou com muita insistência a sua doutrina de "estratégia total", conceito segundo o qual o regime do "apartheid", ameaçado do exterior, tinha de utilizar todos os meios incluindo os militares para preservar a sua hegemonia na região.

A política de "détente" de Vorster havia "evoluído" para a teoria da "Constelação de Estados", contra-ponto da destabilização na qual era proposta uma associação económica, em torno de Pretória, dos Estados da Região que se "opunham ao socialismo".

Com este conjunto de argumentos, Pretória procurava fundamentar uma interpretação do conflito na África Austral como sendo determinado pela confrontação Leste-Oeste a nível mundial. Assim, definia para este conflito uma natureza diferente do conflito interno que opõe o regime racista à maioria do povo sul-africano e procurava, deste modo, obter o apoio diplomático das potências ocidentais, mesmo daquelas que se pronunciavam contra a política do "apartheid".

A criação da SADCC em 1 de Abril de 1980 representa um golpe violento nos planos de Pretória. Os Estados independentes da região associavam-se naturalmente na base do interesse comum de criarem mecanismos de cooperação para o seu desenvolvimento económico-social e para a gradual libertação da dependência da África do Sul. A mensagem para o Mundo era clara: independentemente do sistema político de cada um, os países independentes da região, Tanzânia, Malawi, Zambia, Zimbabwe, Angola, Botswana, Moçambique, Swazilândia e o Lesotho, explicavam com a sua decisão que a característica dominante do conflito na África Austral era a contradição que opunha o "apartheid" à liberdade dos Povos e não o

apregoadado "perigo comunista".

De uma forma global, a SADCC constituía um projecto de desenvolvimento económico e social de grande viabilidade, contando com a simpatia e o apoio da Comunidade Internacional, altamente aliciante para os investidores estrangeiros. O sucesso desta iniciativa traria porém consequências de grande importância para o regime de minoria sul-africano.

Em primeiro lugar, a possibilidade de um rápido crescimento económico e social na região de países africanos independentes, apostados na construção de sociedades democráticas e não-raciais, constituiria sem dúvida uma pesada derrota para a propaganda de Pretória que, há vários anos, associava a ideia da independência africana ao estado de anarquia social, de miséria económica, de caos político (13).

O florescimento e progresso de tais sociedades em harmonia racial apresentaria estímulos renovados para a maioria negra em luta pela ordem democrática e abriria aliantes perspectivas de solução a estratos sempre crescentes da sociedade branca em busca de uma saída para o beco a que fora arrastada a sociedade sul-africana pela política

«No fim da década de 1970, muitos moçambicanos, predominantemente seleccionados entre os emigrantes ilegais, foram treinados em Phalaborwa em especialidades como reconhecimento, sabotagem, comunicações, pára-quedismo, etc.»



do "apartheid".

Por outro lado o desenvolvimento económico em paz política, social e racial nos países independentes da zona criaria um clima de estabilidade e segurança tal que tornaria absolutamente inútil, e portanto cada vez mais inoportuna, a existência de um regime minoritário na zona com as funções de defensor "dos interesses ocidentais".

Era indispensável para os desígnios de Pretória inviabilizar a SADCC. Isso só era possível retirando ao conjunto da região os seus acessos ao mar. Impedindo a utilização dos Portos de Lobito em Angola e Nacala, Beira e Maputo em Moçambique, com excepção da Tanzânia, todos os países da SADCC e o próprio Zaire ficam sem alternativa: são

forçados a depender dos portos sul-africanos para o trânsito das suas exportações e importações.

Para tal, o regime do "apartheid", encorajado pelas vitórias eleitorais de forças políticas conservadoras nas principais potências ocidentais, decide intensificar a agressão contra Moçambique e Angola e ampliar a destabilização regional. Os militares de Pretória fomentam a subversão no Lesotho, réu de procurar afirmar a própria independência. Além das agressões já em curso contra a República Popular de Angola, as SADF alimentam a instabilidade no Sul do Zimbabwe (14) e definem a República Popular de Moçambique como alvo prioritário da sua "guerra de baixa intensidade" contra os países da África Austral.

III. A OFENSIVA DIPLOMÁTICA DE 1982/83

O comando estratégico dos bandidos armados em Pretória decide ampliar a acção destabilizadora, do centro para o norte e para o sul de Moçambique. Além de perturbar o funcionamento do "Corredor da Beira", desde logo definido como a direcção principal da agressão contra a SADCC, os militares sul-africanos tentam afectar a operação regular da linha de Nacala e da linha do Limpopo.

Para desorganizar a vida das populações rurais e infundir-lhes um terror superior ao ódio que tinham aos bandidos armados, os militares sul-africanos determinaram o uso de bárbaros métodos



«As evidências da violação, por parte sul-africana, do espírito e da letra do Acordo de Nkomati agravaram sucessivamente o isolamento internacional do regime

terroristas que iam dos massacres indiscriminados às mutilações mais hediondas (15).

As SADF, através dos seus grupos especiais, realizavam paralelamente acções de sabotagem selectiva complementando o processo da agressão e criando condições para a actuação de mais grupos de bandidos em novas zonas do País. Junto à fronteira com Moçambique, concentrava-se uma verdadeira força de invasão com milhares de soldados, artilharia e meios motorizados e aéreos.

O clima de euforia que se vivia em Moçambique após a derrota do regime ilegal de Smith esteve na base de uma geral subestimação da ameaça sul-africana. As grandes vitórias de Sitatonga e Garágua reforçaram a ideia de que a agressão terminava com a independência do Zimbabwe.

A escalada violenta da guerra de destabilização relançada por Pretória em 1981 apanhou o país completamente ocupado com as tarefas de recuperação económica e social, mentalizado e preparado para a edificação da Paz.

Em Agosto de 1982 reuniu-se, sob a direcção do Presidente Samora Machel, o Comité Central do Partido Frelimo que efectuou uma profunda análise sobre a situação nacional e regional. Surge uma compreensão clara do porquê e para quê a África do Sul agride Moçambique através dos bandos terroristas bem como das razões dos sucessos relativos da propaganda sul-africana no isolamento internacional do Estado moçambicano. Esta reunião decidiu sobre a necessidade de lançar uma ofensiva diplomática tendente a esclarecer a comunidade internacional e em particular os Países ocidentais, sobre:

- a essência independente e nacional da Revolução moçambicana;
- a política de Paz regional e de cooperação internacional (16);
- a verdadeira natureza do conflito na África Austral (17).

A ofensiva começou em breve a dar resultados. Melhorou progressivamente a compreensão dos governos ocidentais sobre o que realmente se passava na região e quais eram efectivamente os factores que determinavam que a África Austral fosse uma perigosa zona de tensão internacional.

A escalada de violência regional causada pelo governo racista de Pretória começou a preocupar cada vez mais seriamente as potências ocidentais. Todo o continente africano era solidário com os Países da Linha da Frente e com os povos sul-africano e namíbio.

A política da administração Reagan e das principais potências ocidentais desenvolvia-se pois, no sentido de uma redução da destabilização e na possibilidade de usar limitadas medidas diplomáticas e económicas para forçar Pretória a reconsiderar o seu plano belicista e insensato.

Pela primeira vez e de forma muito clara, a política do ocidente para a região mostrava que os EUA e a Europa Ocidental aceitavam que a instabilidade regional e o "apartheid" eram as duas faces do mesmo fenómeno e que uma solução correcta da tensão existente na África Austral exigia que fossem tratados em conjunto.

IV. O ACORDO DE NKOMATI

Em resultado da grande ofensiva diplomática de 1982/83 e de importantes vitórias militares conseguidas no terreno, Pretória propôs em fins de

1982, um encontro a nível ministerial.

Inicia-se deste modo o processo diplomático que conduziria ao Acordo de Nkomati, assinado em 16 de Março de 1984. Ao contrário do que muitos analistas então afirmaram Nkomati, do ponto de vista global, era um acordo estratégico para a República Popular de Moçambique e um acordo tático para o regime do "apartheid". O acordo consagrava os princípios de política externa que o Governo moçambicano afirmava e defendia. A guerra de agressão era, e continuaria a ser, uma característica intrínseca do regime sul-africano. Assinar um Acordo de Paz e Boa Vizinhança representava uma importante concessão no conjunto da doutrina da "estratégia nacional total" e do "cerco total", era uma demonstração de fraqueza do regime face ao crescente isolamento internacional, era o reconhecimento implícito da destabilização regional como a face do próprio "apartheid".

Perante a Comunidade Internacional o Governo da República da África do Sul assinava um acordo formal e solene que sabia não poder respeitar, a custo de comprometer a sua concepção política, ideológica e estratégica. Por isso os militares de Pretória procuraram imediatamente modificar o conteúdo essencial do Acordo propondo-se negociar o fim da guerra.

Perante a concordância de Moçambique, tentaram forçar o reconhecimento dos seus terroristas mercenários pretendendo deste modo transformar a vitória diplomática do Governo de Moçambique numa sua capitulação político-militar.

Para preparar esta fase "post-Nkomati", os militares sul-africanos lançaram pela primeira vez dois meses antes do Acordo, grupos de bandidos próximo da cidade de Maputo, procurando exercer pressão sobre a capital. As acções terroristas, os assassinatos com requintes de crueldade e barbarismo, sucederam-se com o objectivo de criar grande destabilização e insegurança na cidade e induzir os dirigentes em Maputo a negociar nos termos pretendidos pelos generais racistas.

O Acordo de Nkomati e as manobras que lhe sucederam, tornaram mais claro para quem acompanha a situação regional que a tentativa sul-africana de inserir a crise da África Austral no contexto do conflito Este-Oeste era apenas uma tentativa de mascarar a realidade e de instrumentalizar o apoio ocidental ao "apartheid".

As evidências da violação, por parte sul-africana, do espírito e da letra do Acordo de Nkomati agravaram sucessivamente o isolamento internacional do regime.

O sistema político na RSA radicaliza-se: multiplicam-se as leis contra a liberdade de imprensa e as liberdades individuais; o Parlamento perde prestígio e poder; reduz-se a independência da magistratura; o Governo vê extremamente limitado o seu papel como executivo. Com os poderes absolutos atribuídos ao Conselho Nacional de

Segurança (NSC), o regime sul africano torna-se cada vez mais, um regime militar e policial.

V. OS DOCUMENTOS DA GORONGOSA E O ENVOLVIMENTO DO MALAWI

Quando as forças Armadas moçambicanas e zimbabueanas, numa operação conjunta em Agosto de 1985, ocuparam o acampamento central dos bandos terroristas dentro do território moçambicano, foram capturados centenas de quilos de documentos de grande importância. O Governo moçambicano tornou públicas algumas passagens do diário do secretário particular do cabecilha dos terroristas, que comprovam claramente como os militares racistas haviam reagido ao Acordo de Nkomati e como o haviam violado sistematicamente desde a primeira hora.

As reacções internacionais aos documentos da Gorongosa criaram sérios embaraços ao Governo de Pretória e não poucas polémicas, mais ou menos públicas, no seu seio.

As circunstâncias forçaram os estrategas das SADF a antecipar o envolvimento do Malawi que, de resto, estes sempre consideraram ser um elemento importante do plano de destabilização regional. Quando se iniciaram os contactos que conduziram a Nkomati, os militares de Pretória reactivaram os seus contactos malawianos.

Com as influências de que goza nos ambientes policiais, de segurança e em certos círculos políticos malawianos, o Governo da República de África do Sul via, no envolvimento activo do Malawi na estratégia de destabilização, a possibilidade de um salto qualitativo fundamental.

Com efeito, este envolvimento significa, de imediato:

- que sendo a destabilização lançada através do território do Malawi, ninguém podia acusar a RSA de violar a letra do Acordo de Nkomati, oferecendo o seu território como base de agressão contra Moçambique;
- que sendo a destabilização lançada através do território do Malawi, era possível mimetizá-la como um conflito interafricano, um conflito de fronteiras, de base étnica, de conteúdo ideológico.

Desmantelada a tentativa de mascarar a situação regional como inserida na confrontação global entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, o regime de Pretória fomenta a sua transformação cosmética em conflito entre dois Países membros da OUA.

Esta manobra é denunciada perante a Comunidade Internacional na Cimeira dos Não-Alinhados em Harare, em Agosto de 1986, pelo Presidente Samora Machel.

Desde a assinatura do Acordo de Nkomati, limitadas as possibilidades de um apoio aberto aos terroristas operando dentro de Moçambique, os militares sul-africanos haviam definido uma guerra de destruição nacional. Atacando sistematicamente

a vida organizada no campo e a produção agrícola, forçando os camponeses à condição de refugiados ou deslocados, dificultando a ajuda alimentar e sanitária a esses refugiados ou deslocados, sabotando os sectores produtivos principais, aterrorizando a população, o terrorismo mais uma vez servia fielmente os objectivos estratégicos de Pretória: debilitar a economia e minar os fundamentos da unidade nacional, base da formação da jovem nação moçambicana.

A destruição da Nação e do Estado, abria ao regime racista a possibilidade de dividir Moçambique e "bantustanizar" o povo moçambicano. Projectos como o do "Estado da Rumbézia" tornam-se imagináveis apenas neste contexto.

Quando após a derrota da Gorongosa os cabecilhas do terrorismo se reorganizavam no Malawi e iniciavam a criação do novo acampamento central na Serra da Morrumbala na Zambézia, os militares sul-africanos abriram a nova fase da sua estratégia. A primeira grande ofensiva visava a ocupação das margens do rio Zambeze, dividindo Moçambique e criando uma via para o abastecimento dos terroristas por mar. A segunda fase seria a invasão em larga escala da Província com o objectivo da sua ocupação militar, transformando assim a destabilização em guerra civil ou em guerra de secessão.

A unidade de pontos de vista sobre a política sul-africana de destabilização, a consciência de que as brutais agressões a Moçambique e Angola constituem apenas uma etapa da guerra não declarada contra toda a África Austral, tornaram cada vez mais concreta e operativa a cooperação entre os países da zona e estenderam-se ao âmbito militar.

Esta unidade regional reforçada, de que o Presidente Samora Machel foi um dos grandes se não o maior arquitecto, permitiu fazer face à nova fase da estratégia de Pretória, denunciá-la perante o movimento dos Não-Alinhados e desencadear, imediatamente após a Cimeira de Harare, uma importante e enérgica iniciativa diplomática dos Países da Linha da Frente junto do Governo Malawiano. O objectivo desta iniciativa era levar o Malawi a compreender que o seu interesse nacional exigia que ele se desassociasse do regime do "apartheid" e cooperasse com os países seus vizinhos, em particular com Moçambique, cujos portos são os mais favoráveis à economia do Malawi. O Governo do Malawi mostrou-se aparentemente receptivo a esta ideia.

Perante o compromisso assumido pelo Presidente Kamuzu Banda de desassociar o seu país da política de destabilização da África do sul, Pretória viu-se forçada a antecipar os seus planos e a preparar em poucos dias a invasão da Zambézia que lança, finalmente, em Setembro de 1986.

Certos factos dão credibilidade à versão de alguns observadores de que o Governo sul-africano tencionava proclamar um auto-denominado

"governo provisório" após eventual ocupação da capital zambeziana. É neste sentido que desde os fins de 1985 há grande actividade de aliciamento de moçambicanos com formação académica, em particular de residentes nos Estados Unidos, Portugal e República Federal da Alemanha, na grande maioria dos casos desertores da luta de libertação nacional ou conhecidos agentes de vários serviços secretos estrangeiros. Neste contexto criam-se sucessivamente diferentes grupos que procuram negociar com Pretória o seu papel nesta operação. Com a incorporação de alguns destes moçambicanos, o Governo da África do Sul procura desembaraçar-se de certos cabecilhas do banditismo, cuja cumplicidade com o colonial-fascismo português denunciava claramente a natureza do terrorismo em Moçambique (18).

A tragédia de Mbuzini, nas circunstâncias ainda não esclarecidas em que ocorreu, verifica-se a 19 de Outubro de 1986, quando as forças invasoras da



«A ofensiva das Forças Armadas Moçambicanas, em coordenação com as unidades zimbabwuanas e tanzanianas operando contra o banditismo armado, realizou-se com sucesso desalojando as forças invasoras de todos os lugares estratégicos que ocupavam na Zambézia, mas também em partes de Sofala, Manica e Tete»

Zambézia se encontravam a poucas dezenas de quilómetros da cidade de Quelimane. Se a sucessão do Presidente Samora Machel tivesse originado uma luta pelo poder, como previa a máquina de propaganda sul-africana, a contra-ofensiva do exército moçambicano muito provavelmente não teria sido feita a tempo. Paralelamente, se a luta pelo poder tivesse ocorrido e assumido formas violentas em Maputo, estaria criado o pretexto para o exército sul-africano intervir em "protecção" da vida e dos bens da numerosa comunidade estrangeira residente na capital.

A maturidade e unidade demonstradas pela Direcção do Partido Frelimo, que surpreendeu mesmo observadores que nutrem simpatia por Moçambique, frustrou este projecto destabilizador.

A ofensiva das Forças Armadas Moçambicanas, em coordenação com as unidades zimbabueanas e tanzanianas operando contra o banditismo armado, realizou-se com sucesso desalojando as forças invasoras de todos os lugares estratégicos que ocupavam na Zambézia, mas também em partes de Sofala, Manica e Tete.

As relações políticas com o Malawi melhoraram progressivamente e forças militarizadas deste país começaram a participar na protecção dos técnicos malawianos que, em conjunto com os moçambicanos, trabalhavam na recuperação da linha férrea para Nacala. Aos danos que o banditismo já trazia à economia malawiana, juntaram-se os assassinatos de técnicos e as baixas militares.

A derrota do plano estratégico concebido pelos mentores da destabilização regional determinou um retorno às opções que haviam sido abandonadas com o Acordo de Nkomati. O epicentro da destabilização regressou ao sul de Moçambique, beneficiando directamente da fronteira sul-africana e criando pressão sobre a capital do país.

A sede de vingar a derrota sofrida e a necessidade de provocar rapidamente uma grande instabilidade em Inhambane, Gaza e Maputo - que já há longo tempo viviam um processo de gradual normalização da vida determinou o recurso, já antes utilizado se

bem com uma dimensão menor, aos grandes massacres de indefesos cidadãos de que Homoine, Manjacaze, Taninga, Guijá, Moamba, etc. foram os exemplos mais chocantes.

Ao criarem a fome como instrumento de tornarem crónica a instabilidade em Moçambique, os estrategas da agressão regional chamaram sobre este país a atenção da comunidade internacional por razões humanitárias.

A comunidade internacional teve, deste modo, a possibilidade de conhecer a realidade e a brutalidade do conflito que aflige o povo moçambicano. O terrorismo cego dos bandidos armados, a monstruosa desumanidade dos seus mentores e estrategas faz crescer a indignação de homens e mulheres das mais opostas convicções políticas.

O prolongamento da guerra desenvolve contradições e cria divisão no seio dos militares sul-africanos e do seu grupo dirigente, acerca das diferentes opções para uma solução pacífica do conflito regional.

Estas contradições reflectem-se, no seio dos bandidos armados, numa desenfreada luta pelo poder com sucessivos assassinatos e cisões.

A agonia do banditismo manifesta-se sempre mais clara. A guerra contra Moçambique, qualificada por um alto funcionário norte-americano como "um dos mais brutais holocaustos contra o homem comum desde a 2ª Guerra Mundial", aproxima-se inevitavelmente do seu fim.

NOTAS

NOTA nº 1

Jorge Jardim é um nome que está associado à dominação colonial e a projectos neo-coloniais em Moçambique. Nasceu e estudou em Lisboa onde concluiu o curso superior de agronomia. Foi um dirigente da "Mocidade Portuguesa", organização fascista, e Secretário de Estado no Governo de Salazar nos anos cinquenta. Veio depois para Moçambique passando a residir na cidade da Beira. Trabalhou para grandes capitalistas portugueses como Krus Abecassis, Manuel Bulhosa e António Champalimaud com quem teve conflitos, mas com quem nunca perdeu contactos.

Jorge Jardim só foi constante na fidelidade e subordinação a Salazar, de quem era afilhado.

Ao serviço do ditador português cumpriu várias missões da máxima confiança e sigilo. Foi no cumprimento de uma destas missões que no final dos anos cinquenta surge em Goa onde trabalha com um agente da PIDE, Casimiro Monteiro, de quem se torna amigo e que mais tarde virá para Moçambique. Depois da fundação da FRELIMO e na sequência do desencadeamento da luta armada de libertação nacional Jorge Jardim, em coordenação com a PIDE e os Serviços de Informação Militar, desenvolve projectos que tinham o objectivo de retardar o avanço da luta armada. Neste contexto cria forças especiais e rodeia-se de colaboradores pessoais como Orlando Cristina, Álvaro Récio, Miguel Murrupa, Carlos Ribeiro, Evo Fernandes, etc. Em toda esta actividade Jorge Jardim, que tinha conquistado a amizade do Presidente Banda, (que o nomeara seu representante em Moçambique) utiliza o Malawi como plataforma das acções contra a FRELIMO.

A sua actividade desdobra-se no plano regional procurando

apoiar as acções subversivas de Oscar Kambona, ex-dirigente do governo do Tanganyika, com quem em Lisboa conspira em 1972 contra o poder do Presidente Nyerere.

Através dos contactos estabelecidos com Mark Chona, conselheiro do Presidente Kaunda, tenta por várias vezes comprometer o apoio do Presidente Zambiano à FRELIMO.

Depois da Independência de Moçambique Jorge Jardim, que na companhia da família já havia abandonado o País, viveu em Londres, Lisboa, Blantyre e em Libreville (no Gabão), onde dirigia um banco e onde veio a falecer em 1982. Esteve ligado à organização "África Livre" e aos bandidos armados.

Os seus colaboradores directos evidenciaram-se na organização do terrorismo contra Moçambique e estiveram presentes em todas as iniciativas organizadas nos países vizinhos.

NOTA nº 2

No contexto das agressões militares contra a República Popular de Moçambique os rodesianos criaram uma emissão radiofónica de propaganda a partir de Gwelo. Procuram fazê-la passar por uma estação emissora clandestina designada por "Voz da África Livre" que transmitiria a partir do interior de Moçambique. Esta emissão difunde propaganda reaccionária contra Moçambique a favor do banditismo e elogiando o governo de Ian Smith. Estas características fizeram com que fosse conhecida pelo povo moçambicano como "A Voz da Quizumba" (Quizumba significa hiena).

Orlando Cristina era um dos principais locutores e redactores. Como afirma o próprio Ken Flower, 'a criação da "Voz da África Livre" não foi decidida pela RBC (Rhodesia Broadcasting Corporation, emissora do regime de Ian Smith) mas é sim

resultado da guerra psicológica' contra Moçambique. (citado em Julie Frederikse "None but ourselves" pág.260).

Ironicamente, a "Voz da África Livre" era difundida pelo mesmo emissor que, após a UDI (Declaração Unilateral da Independência) em 1965, havia sido enviado pelo governo britânico para a partir de Francistown, potenciar a audição da BBC.

Então, os rodesianos, através de um golpe de mão, roubaram o emissor para grande humilhação dos britânicos. Desde então aquele emissor ficara abandonado nos armazéns da RBC. +

Com a Independência do Zimbabwe e a transferência dos bandidos armados para a RSA, a "Voz da África Livre" passa a funcionar na África do Sul utilizando para a difusão da sua propaganda as emissoras da SABC, estação emissora governamental sul-africana. A "Voz da África Livre" deixou de funcionar cerca de uma semana após o Acordo de Nkomati assinado em 16 de Março de 1984.

Esporadicamente, a RSA tem procurado, por certos períodos, reactivar estas emissões.

NOTA nº 3

Orlando Cristina foi um dos principais agentes ao serviço de Jorge Jardim na década de sessenta e começos dos anos setenta em Moçambique. Ao serviço de Jardim e integrado nos SIM (Serviços de Informação Militar), realizou operações contra a FRELIMO na Tanzânia, tendo como cúmplice um negro americano infiltrado na direcção daquela Frente, Leo Milas. Participou na criação dos "GES" e dos "GEPs" e com estes grupos efectuou algumas operações militares principalmente em Niassa e Cabo Delgado. Na sequência do golpe de Estado de 25 de Abril em Portugal, foge para o Malawi, onde é detido por instruções de Jorge Jardim. (Orlando Cristina havia roubado os arquivos do consulado do Malawi na cidade da Beira para os vender a uma publicação francesa, segundo relatou às autoridades do Malawi). Depois de ter feito as pazes com Jorge Jardim, durante uma visita deste ao Malawi, Orlando Cristina é posto em liberdade e vai para a Rodésia onde é contratado para a operação contra Moçambique.

Trabalha na "Voz da África Livre" e ao serviço do regime de Ian Smith participa na implementação do projecto da criação dos bandidos armados. Com a independência do Zimbabwe vai para a África do Sul onde passa a trabalhar para os serviços secretos militares (DMI) e onde lhe é conferido o cargo de "Secretário Geral" dos bandos terroristas. Vive perto de Pretória, numa "farm" designada por Cullinan, onde participa na redacção e difusão de propaganda contra Moçambique e a partir de onde ele mantém uma série de preciosos contactos com personalidades e organizações sul-africanas, portuguesas e da Europa e América. Foi assassinado em 21 de Abril de 1983 em Cullinan por dissidências internas sobre a operação de destabilização de Moçambique conduzida pelo "Mozambique Bureau" do DMI.

NOTA nº 4

Em Outubro de 1976 foge para a Rodésia, André Matade Matsangaíssa, ex-combatente das FPLM que se encontrava no campo de reeducação de Sacuze por ter roubado uma viatura Mercedes Benz e outros bens das FPLM. À chegada à Rodésia é recrutado pelos serviços secretos rodesianos para integrar as futuras unidades de bandidos armados. Uma das principais operações em que toma parte é contra o próprio campo de Sacuze, em 10 de Abril de 1977, que é atacado e assassinados os cinco polícias que constituíam a sua guarnição.

Cerca de 50 reeducandos, já conhecidos de Matsangaíssa, são raptados e levados para a Rodésia onde muitos deles virão a receber treino militar no campo de Odzi. Neste campo, o principal centro de treino de bandidos armados, encontrava-se já Afonso Dhlakama que ali havia chegado depois de ter fugido da cidade da Beira onde estivera detido igualmente por roubo e desvio de bens pertencentes às Forças Populares de Libertação de Moçambique. Quando em 17 de Outubro de 1979 André Matsangaíssa morre durante um combate com as Forças Populares de Libertação de Moçambique, a inteligência militar sul-africana, por influência de Orlando Cristina, pressiona Peter Walls para fazer nomear Afonso Dhlakama para o substituir.

NOTA nº 5

Na sequência das revelações do escândalo da informação na África do Sul, um dos principais envolvidos no mesmo, Eschel Rhodie escreve um livro a que dá o título "O verdadeiro Escândalo da Informação". Neste livro, editado em fins de 1983, Eschel Rhodie que fora director para a informação durante o Governo de John Vorster relata com pormenores as divergências e conflitos existentes entre o então Ministro da Defesa P.W. Botha e o Chefe do Governo de Pretória. É assim que, por exemplo, numa data não especificada, "Vorster fica surpreendido quando é informado de que forças militares sul-africanas estão concentradas em Komatipoort" para entrar em Moçambique e dar apoio ao movimento dos colonos de 7 de Setembro; é assim que Vorster não tem conhecimento da invasão realizada contra Angola em Agosto de 1975, vindo a ser informado deste facto só muito mais tarde. Segundo o autor do referido livro o grupo de militares boers, com o general Magnus Malan à cabeça, e P.W. Botha consideravam John Vorster "demasiado cauteloso" e "incapaz de tomar decisões de acção", isto é, de patrocinar a guerra de destabilização regional que P.W.Botha e os militares vêm a desencadear depois de terem tomado o poder.

NOTA nº 6

Na campanha de propaganda reaccionária contra Moçambique dirigida pelos serviços de inteligência militar sul-africana participam alguns jornalistas portugueses que tinham colaborado em Moçambique com Jorge Jardim, a PIDE, e os Serviços de Informação Militar do exército colonial. São de referir Ricardo Saavedra conhecido como tendo íntimas ligações com a polícia política e José da Silva Ramalho que na cidade da Beira se apresentava como colaborador de Jorge Jardim e de Kaulza de Arriaga.

NOTA nº 7

Perante a inevitabilidade da independência de Moçambique, muitos portugueses abandonaram o País. De entre eles, vai para a África do Sul um dos mais próximos colaboradores de Jorge Jardim. Trata-se de Álvaro Récio, crescido e educado em Moçambique, filho de um jornalista monárquico fascista, e que, com Jorge Jardim, tinha trabalhado na Lusálite. Depois do 25 de Abril de 1974, Álvaro Récio participou na criação de um Partido chamado Convergência Democrática ligado ao grupo Champalimaud. Meses mais tarde afasta-se publicamente deste movimento fantoche, ao que parece por instruções de Jorge Jardim.

Com efeito, Jorge Jardim em coordenação com outras forças reaccionárias em Angola e Portugal (às quais estava ligado o próprio Presidente português, General Spínola), havia preparado um plano para uma conjura subversiva na então Lourenço Marques, que devia verificar-se em simultâneo com idênticas acções em Angola e Portugal nos fins de Setembro de 1974. Para a preparação deste plano, alguns dos seus colaboradores não se deviam expor demasiado. Toda a operação acabaria por ser frustrada devido à acção dos colonos mais reaccionários em 7 de Setembro, que precipitam os acontecimentos.

Os cabecilhas desta intentona convocam o Récio para uma reunião nas vésperas do desencadeamento do "golpe" e pedem-lhe a adesão de Jorge Jardim e da sua organização (que nesta altura já incluía a FRECOMO onde se tinham agrupado os mais conhecidos traidores e desertores da FRELIMO). Nesta reunião, que se realizou no 1º andar do Hotel Turismo em Lourenço Marques nos primeiros dias de Setembro de 1974 (ao que parece no dia 3), Récio tenta em vão dissuadi-los da aventura chegando a referir-lhes que estariam em preparação "coisas muito mais sérias". Quando chega à África do Sul, Álvaro Récio começa a trabalhar com a Direcção da Inteligência Militar. Como relata Gordon Winter no seu livro "Dentro da BOSS" (pág.547), "a inteligência militar utilizava um intermediário para fazer chegar até mim os comunicados. Ele dizia-se chamar 'Sr. Leite' (nome de código) mas acidentalmente descobri que se chamava 'Álvaro Récio'."

Álvaro Récio dedicou-se a negócios da venda de carnes, através de uma empresa subsidiada pelo DMI, vindo a realizar uma

grande fortuna pessoal. Ainda hoje reside na África do Sul.

NOTA nº 8

Durante o ano de 1978 os principais jornais sul-africanos publicaram extensas revelações sobre um projecto de propaganda do regime do "apartheid" envolvendo o dispêndio de milhões de randes. Na sequência destas revelações e da instauração de uma comissão de inquérito, o então Primeiro-Ministro John Vorster, que surgia como um dos principais visados, ao ter autorizado secretamente esse projecto, pede a demissão em Setembro desse ano. Na realidade John Vorster, assim como o General Van den Bergh, chefe da BOSS e o Ministro da Informação Connie Mulder são obrigados a demitir-se devido a este verdadeiro golpe de estado palaciano organizado por P.W.Botha juntamente com Magnus Malan, Chris Heunis e com o apoio de Roelof "Pik" Botha.

A tomada de poder por P.W.Botha que desde 1966 exercia o cargo de Ministro da Defesa corresponde a uma nova fase na estratégia do "apartheid", a qual se define pela militarização da sociedade e a "preparação para uma guerra convencional" na região.

A tomada do poder na África do Sul pela facção militarista sul-africana em 1978 foi encorajada por forças ultra conservadoras e militaristas nos Estados Unidos da América, reagindo ao verdadeiro desarmamento psicológico que representara a derrota no Vietnam. Na realidade foi durante 1978 e particularmente 1979 que forças conservadoras ligadas ao Pentágono e CIA, ainda durante a Administração do Presidente Carter, iniciaram o que classificavam como estratégia global de confrontação com a URSS. Isto veio a traduzir-se numa ampliação das bases militares americanas espalhadas pelo mundo, na criação da "Força de Intervenção Rápida" e na recuperação da doutrina de "conflitos de reduzida intensidade" (Low intensity conflict) designação atribuída por especialistas militares ocidentais às guerras de destabilização.

NOTA nº 9

Em 1975 é fundada na Suíça uma organização designada por "Organização da África Livre". Nela participam vários serviços secretos ocidentais.

A "OAL", em associação com a Liga Anti-Comunista Mundial começa de imediato a tentar coordenar e apoiar pseudo-organizações cuja actividade era dirigida contra a independência de Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. Na criação desta organização participa também Jorge Jardim que organiza a abertura da delegação no Malawi. A designação de "África Livre", que se inspira na mais famosa organização de "guerra fria" contra os países socialistas europeus (a conhecida Europa Livre - Free Europe), foi depois atribuída à emissão dos rodesianos que passa a funcionar em fins de 1975 em Gwelo na Rodésia. Todavia, esta tentativa de Jardim de ligar toda a operação contra Moçambique ao nome de OAL não tem sucesso e acaba por prevalecer a designação comum dos rodesianos e sul-africanos: "resistance".

A OAL, após a distribuição de algumas declarações e panfletos, em pouco tempo desapareceria.

NOTA nº 10

Com o êxodo de milhares de portugueses que fugiram para a África do sul, com a aproximação da independência de Moçambique, as autoridades sul-africanas montaram um campo de "acolhimento" na farm de Cullinan, perto de Pretória. Estas instalações vieram posteriormente a ser utilizadas pelos serviços secretos militares sul-africanos para instalar Orlando Cristina e alguns comandantes dos bandidos armados, após a sua transferência, em vésperas da independência do Zimbábue.

Foi na farm de Cullinan que Orlando Cristina foi assassinado por seus subordinados em 21 de Abril de 1983. O assassinato viria a ser atribuído aos irmãos Bomba, a mando dos próprios sul-africanos. O inquérito foi abafado e nunca mais se ouviu falar de Adriano e Boaventura Bomba.

NOTA nº 11

A semelhança das tropas especiais britânicas "SAS", das tropas especiais americanas "Ranger", e dos "Selous Scouts" rodesianos, o exército sul-africano também criou as suas unidades especiais, os "Reccs" (grupos de comandos treinados para efectuar operações militares no interior ou exterior da RSA, em pequenos grupos). Foram criadas cinco unidades de "Reccs" entre 1972 e 1975. A primeira destas unidades, ao nível de batalhão, ficou instalada perto de Durban, onde existiam condições próprias de treino para fuzileiros navais. Em Durban, nessa base militar, são treinados também moçambicanos, angolanos, zambianos, zimbabueanos e outros mercenários que passaram a integrar as tropas especiais da SADF. Alguns deles, posteriormente, foram comandar unidades terroristas no interior de Moçambique.

A escolha de Durban como principal centro para alguns dos comandantes dos bandidos armados justifica-se uma vez que a partir dali era mais fácil aos militares (DMI) coordenar com as unidades especiais da marinha o transporte de homens e equipamento para serem clandestinamente desembarcados na costa moçambicana.

Além de Durban, uma outra base das unidades de "Reccs" que funciona como centro de treino para os bandidos armados é actualmente o complexo militar de Phalaborwa (onde funciona o 5º comando dos "Reccs").

NOTA nº 12

O directo envolvimento de oficiais superiores das Forças Armadas do regime de Pretória, na direcção e controlo das operações dos bandidos armados está amplamente comprovado em documentos capturados. Tanto nos documentos apreendidos por ocasião da tomada do acampamento dos bandidos armados em Garágua, nos finais de 1981, como nos documentos obtidos com a libertação da "Casa Banana" na Gorongosa em Agosto de 1985, são citados os nomes do Coronel Van Niekerk (Charles), Brigadeiro Westhuizen e do Tenente-General "Kat" Liebenberg. O Brigadeiro Van Tonder foi recentemente, em 1986, promovido a Major-General.

Em 1985 o General Constand Viljoen que era o Comandante da SADF, passou à reserva e o Tenente-General van der Westhuizen deixou de chefiar a Direcção de Inteligência Militar (DMI), indo ocupar o cargo de Secretário do Conselho de Segurança do Estado, presentemente o verdadeiro órgão com poder de decisão do regime sul-africano. A Direcção de Inteligência Militar (DMI) é o sector militar da SADF responsável pela coordenação e direcção da destabilização regional. Através da DMI o regime de Pretória tem a direcção efectiva e indiscutível dos bandidos armados que actuam em vários Países da Linha da Frente.

A utilização do DMI para este "trabalho sujo" explica-se ainda pelo facto de através deste sector das SADF poderem ser gastos biliões de randes sem que seja necessário apresentar publicamente, isto é ao Parlamento, qualquer justificação.

NOTA nº 13

A República Popular de Moçambique constituía, para o "apartheid", o exemplo mais temido. Nos bairros negros das cidades Sul-africanas palavras de ordem da FRELIMO e referências a Moçambique e ao Presidente Samora Machel enchiam as paredes. As publicações políticas editadas pela revolução moçambicana corriam clandestinamente entre os patriotas sul-africanos e, em particular, entre a juventude, nas escolas para as diferentes raças.

O projecto socialista de reconstrução nacional apresentado pelo Partido Frelimo no seu 3º Congresso estava-se a materializar com sucesso, apesar das agressões rodesianas, do custo da aplicação das sanções ao regime ilegal, das sanções económicas impostas por Pretória a Moçambique e das calamidades naturais. Todos estes factores adversos, que afectaram o desenvolvimento, se verificavam no quadro mais amplo da crise do preço do petróleo e do agravamento da deterioração dos termos de troca.

Não obstante tudo isto, no âmbito económico e social, até 1981, a RPM apresentava um notável conjunto de sucessos:

- o produto social global aumentara de 15% entre 1977 e 1981;
- as exportações de cajú, chá, algodão e carvão atingiram

cifras recordes;

- as exportações duplicaram entre 1976 e 1981 atingindo o montante global de 285 milhões de dólares;
- o analfabetismo reduziu-se em 21% entre 1975 e 1980;
- a rede sanitária foi largamente ampliada e alcançados grandes resultados com a prioridade dada à medicina preventiva;
- haviam sido realizadas as eleições para as Assembleias do Povo a todos os escalões: aldeia, localidade, distrito, província e nação;
- o sistema dos tribunais populares estava em implantação em todo o país.

NOTA nº 14

A política de "détente" regional do Primeiro Ministro Vorster tinha como arma de agressão contra a jovem República Moçambicana a aplicação de sanções económicas que levassem este país a aceitar a hegemonia regional sul-africana. As sanções económicas são continuadas e agravadas quando Botha derruba Vorster e toma o poder. Elas constituíam um factor de pressão que se associava às acções de sabotagem e destruição de objectivos especificamente económicos e à acção terrorista do banditismo armado.

Alguns exemplos das sanções económicas Sul-africanas contra Moçambique são:

- o número de trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas é reduzido de 113.000 para 45.000 o que representa uma perda de receitas de 550 milhões de US\$;
- o tráfego ferro-portuário pelos portos moçambicanos passa, de mais de 7 milhões de toneladas anuais de "cargas ricas" para menos de 1 milhão, com cargas discriminadas;
- foi unilateralmente anulada a taxa preferencial do ouro que estava ligada ao pagamento dos salários dos mineiros, provocando só entre 1978 e 1981, uma perda de receitas de 2,6 bilhões de US\$.

O prejuízo directo causado pelas agressões militares, os actos de sabotagem em objectivos económicos e as sanções económicas sul-africanas ultrapassaram já os 6 bilhões de US\$, o que equivale a 18 vezes o valor das exportações do melhor ano de Moçambique e é o dobro da dívida externa do país.

NOTA nº 15

Os métodos de incorporação compulsiva utilizados pelos bandidos armados explicam em grande parte como eles conseguem levar milhares de indivíduos para destruírem a própria Pátria e assassinar os próprios pais e irmãos. Dentro de Moçambique, obedecendo a instruções dadas por especialistas militares sul-africanos, os terroristas dão preferência ao rapto de crianças entre os 12 e 16 anos de idade que treinam e às quais obrigam a praticar os actos mais brutais e bárbaros. É frequente que crianças ou jovens raptados, de ambos os sexos, sejam forçados a assassinar e mutilar com arma branca, familiares ou vizinhos, antes de serem seleccionados para um treino para-militar.

O uso de drogas e a prática de feitiçaria completam o esboço deste quadro aterrador.

NOTA nº 16

Tem sido uma constante dos regimes racistas da África Austral procurarem apresentar-se como alinhados com as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). A psicose de se apresentarem como "pró-ocidentais" decorre logicamente do isolamento a que os votam, no plano internacional, as suas políticas racistas e retrógradas.

A natureza estrangeira e racista da "operação bandidos armados" tinha necessariamente de reflectir este sentimento e este ponto de vista sobre a forma de combater o isolamento. Daí o facto de os terroristas a soldo de Pretória procurarem apresentar-se como "guerrilheiros pró-ocidentais", recusando portanto o conceito ocidental de "equidistância" como expressão do não-alinhamento. Contraditoriamente, a propaganda de Pretória e dos seus apoiantes acusa o Governo moçambicano de

não ter um não-alinhamento equidistante, apresentando como prova disso as votações do executivo de Maputo nas Nações Unidas.

As sucessivas contradições entre aquilo que é e aquilo que quereria parecer, tem contribuído amplamente para revelar, aos analistas mais atentos e objectivos, a verdadeira natureza e tutela dos terroristas em Moçambique.

NOTA nº 17

Para a realização das campanhas de desinformação sobre a natureza do conflito na África Austral e em particular em Moçambique, como forma de apoiar e tentar legitimar a actividade dos terroristas, os serviços secretos militares sul-africanos recorrem a várias personalidades, organizações e instituições, conhecidas pelas suas posições ideológicas e políticas anti-democráticas e anti-progressistas, em países da Europa e na América.

Em Portugal, os bandidos armados encontram apoio em jornais da extrema-direita, conotados com o fascismo, em personalidades ligadas aos interesses coloniais, e em meios civis e militares comprometidos com o regime que foi derrubado em 25 de Abril de 1974; na RFA, círculos identificados com as forças mais conservadoras, concedem também apoio aos bandidos armados.

Nos Estados Unidos da América tem-se destacado, nas acções de propaganda a favor do terrorismo, a Fundação Heritage. A história desta fundação talvez possa esclarecer as razões do seu comprometimento tão ostensivo com a prática do terrorismo em Moçambique. Na origem da constituição da Fundação Heritage em 1973, encontra-se a defesa de valores racistas e o combate ao anti-comunismo. Beneficiando de grandes investimentos financeiros de milionários americanos do sul dos EUA, como Joseph Coors, a Fundação Heritage começou rapidamente a "apadrinhar" causas reacconárias, sob a alegação de que se opunham ao avanço do marxismo.

NOTA nº 18

De entre a componente portuguesa do terrorismo destacam-se dois nomes que merecem ser citados: o de Evo Fernandes e o de Jorge Correia. O perfil biográfico e o comportamento destes dois indivíduos diz tudo sobre o "complot" contra o povo moçambicano, cuja ponta de lança se tem concretizado no banditismo armado. Tanto Evo Fernandes como Jorge Correia residiram, durante o tempo colonial, na cidade da Beira. O primeiro, de origem goesa, trabalhou directamente para Jorge Jardim como director do seu jornal, o "Notícias da Beira", e demarcou-se nessa altura, como um defensor de ideias fascistas e racistas; o segundo trabalhou nos serviços portuários da cidade da Beira, sendo ali conhecido como um vulgar vigarista.

Tanto um como outro foram apresentados em Lisboa como porta-vozes dos bandidos armados para a Europa e Evo Fernandes, depois da morte de Orlando Cristina, foi nomeado pelo Coronel van Niekirk para as funções de "Secretário-Geral" do chamado MNR.

Quer um quer outro declararam-se sempre portugueses, sabendo-se de resto, que a sua acção era subsidiada pelos serviços secretos de Pretória e por capitalistas portugueses, que detinham interesses económicos em Angola e Moçambique antes da independência destes países.

Em fins de 1986, foram afastados das funções que desempenhavam no contexto do plano do DMI, de tentar legitimar os bandidos armados, o que obrigou a uma moçambicanização forçada dos seus representantes no exterior. O semanário português "Expresso" noticiou nessa altura que tanto Evo Fernandes como Jorge Correia se tinham apoderado de volumosas quantias em dinheiro para fins exclusivamente pessoais.

As lutas internas porém não cessaram. Na segunda metade de 1987, com a morte, em circunstâncias misteriosas no Malawi, do Mateus Lopes, o cabecilha que havia sido responsável pela destituição de Fernandes, a representação de Lisboa foi novamente alterada. Estes sucessivos conflitos culminaram com a deserção do antigo porta-voz para a Europa, Paulo Oliveira, e, poucas semanas mais tarde, com o assassinato do próprio Evo Fernandes, já em 1988.